

“Deus, pátria e família”: mecanismos neoconservadores de mobilização

José Rodolfo Lopes da Silva¹
Marcio Caetano²

Resumo: Com o avanço e recrudescimento da *cisheteropatriarcalidade*, um projeto de sociedade vem privilegiando um empreendimento moral, tornando diferentes sujeitos, a exemplo da população LGBTI+, bodes expiatórios de supostas desordens sociais. São investimentos que nos levam a refletir acerca do neoconservadorismo como um movimento que alicerça a tradição e a natureza das relações e desigualdades de gênero. Nessa perspectiva, nos aproximamos dos estudos foucaultianos de gênero e sexualidade, a fim de problematizar a produção da memória e os mecanismos de marginalização e supressão de direitos LGBTI+. Nessa direção, o presente artigo tem como objetivo interrogar os modos como as memórias oficializadas (re)constroem, disputam e educam sobre as identidades político-sexuais LGBTI+ no contexto de recrudescimento do neoconservadorismo, a partir de tensionamentos político-culturais, decorrentes do governo da primeira-ministra da Itália, Giorgia Meloni. Nessa direção, ainda que possamos reconhecer mudanças, também é possível perceber uma grande resistência por parte de setores neoconservadores, que vêm buscando manter ficções como a defesa da família cisheteropatriarcal, enquanto núcleo social de sustentação e segurança, no sentido de que a sociedade se dividiria em papéis inquestionáveis, naturais e necessários para manutenção de uma suposta ordem.

Palavras-chave: Itália; cisheteropatriarcal; memória.

¹Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Federal de Pelotas (UFPeL). Atualmente Estagiário de Pós-Graduação na Universidade de Aveiro, Portugal [bolsa CAPES]. Mestre em Educação pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Especialista em Relações de Gênero e Sexualidades pela UFJF e membro do grupo de estudos e pesquisa Políticas do Corpo e Diferenças (POC's) da UFPeL. jrodolfoledes@hotmail.com.

² Doutor em Educação e docente na Universidade Federal de Pelotas (UFPeL). Atua nos Programas de Pós-graduação em Educação da UFPeL e da UFRGS, coordena o Centro de Memória João Antônio Mascarenhas e é líder do Grupo de Pesquisa Políticas do Corpo e Diferenças – POC's. mrvcaetano@gmail.com.

Com o avanço e recrudescimento de uma sociedade cisheteropatriarcal³, um projeto de sociedade vem sendo privilegiado e, nesse empreendimento moral, diferentes sujeitos, a exemplo da população LGBTI+, passaram a ser tratadas como bodes expiatórios, no sentido de que passaram a ser alvos de discursos e práticas que buscam marginalizá-las/os, enquadrá-las/os, culpabilizá-los/as de supostas desordens em um mundo dividido binariamente entre puros e pecaminosos.

Nesse sentido, nos aproximamos do recente caso italiano, que instituiu uma lei que exclui o nome de familiares homoafetivos da certidão de nascimento de suas/seus filhas/os. A lei surge como uma ação após a eleição de Giorgia Meloni, a primeira-ministra da história da Itália, que tem o ditador fascista Benito Mussolini, como um ídolo e recuperou, no último pleito, o lema que o popularizou “Deus, pátria e família”.

Não são casos recentes, isolados e, tampouco, localizados em um único território, visto que entre os anos de 2018 e 2022, vivenciamos no Brasil, um governo presidencial reacionário. Também podemos nos remontar ao governo da Dama de Ferro Margareth Thatcher, a primeira-ministra do Reino Unido, entre 1979 e 1990, e sua lei Seção 28 que, sob a justificativa de promoção da homossexualidade nas escolas, proibia o debate acerca das questões de gênero e sexualidade no ambiente escolar. Também no contexto brasileiro, Marcio Caetano, Nilcelio Sacramento de Sousa e José Rodolfo Lopes da Silva (2022) problematizaram os investimentos acerca da família, veiculados em uma imagem publicada por um vereador neoconservador do interior de São Paulo. A imagem trazia uma mão monstruosa, envolta por um arco-íris, representando a comunidade LGBTI+, ameaçando atacar uma família nuclear, retratada por bonecos, em que se via as figuras de um pai, uma mãe e duas crianças. A mão monstruosa era detida

³ A categoria surge a partir da “[...] junção dos conceitos de cisgeneridade (refere-se ao sujeito que se identifica com o gênero atribuído no nascimento), heteronormatividade (sistema político que determina a dicotomia complementar e assimétrica entre sexos/gêneros instituindo a heterossexualidade como norma) e o patriarcado (sistema político-social em que o homem adulto detém o controle nas relações de poder) (Silva, Nascimento, Caetano, 2021, p. 195).

pela mão de um homem branco e havia a mensagem, em letras garrafais: “NA MINHA FAMÍLIA, NÃO!”

São investimentos de um futuro para poucos e de encontros, aproximações e continuidades entre passado e presente, o que nos leva a pensar nas relações entre aquela memória que é oficializada, e aquela que é silenciada, marginalizada e empurrada ao armário, e/ou aligeirada, produzindo a desumanização, a privação da dignidade e do acesso a direitos básicos de uma/m cidadã/ão, como o de formar uma família. Tais contextos nos levam a refletir acerca do neoconservadorismo como um movimento que tem a continuidade alicerçada na tradição e no saudosismo, como seus motes. Um movimento que investe na universalização e naturalização de conceitos como o de família como um bloco supostamente engessado, puro e que necessita de proteção das ameaças, estas representadas pela população LGBTI+, tratada como “lobistas LGBT” por Giorgia.

Como perspectiva teórico-metodológica, nos aproximamos dos estudos foucaultianos, assim como em contribuições da perspectiva pós-estruturalista dos estudos de gênero e sexualidade, que defendem o caráter constitutivo da linguagem, levando-nos a distanciar de suposições naturalizadas, essencialistas e universais. Investimos, assim, como aponta Michel Foucault (1984), na curiosidade, que permite separar-se de si mesma/o, que recusa e duvida do “natural”. Também trazemos como investimento, o resgate, a preservação e a divulgação daquelas memórias que vêm sendo marginalizadas, jogadas para o armário e tendo o espaço público e o direito ao dissenso negado.

Posto isso, este presente artigo tem como objetivo problematizar a produção da memória oficializada e os mecanismos de marginalização e supressão de direitos, no caso da população LGBTI+. Para tanto, o artigo está dividido em 4 (quatro) seções: nesta primeira, introdutória, apresentamos o objetivo, a metodologia e uma breve contextualização do que nos motivou a esta escrita; na segunda parte, trazemos uma discussão acerca da relação entre armários, silenciamentos e memória; em seguida,

abordamos sobre as ações do neoconservadorismo que, ao trazer a tradição e saudosismo para suas ações, também busca eliminar conquistas sociais, de direitos humanos para aquelas/es que também desejam formar suas famílias e ter o reconhecimento; por fim, desenvolvemos algumas considerações que estão distantes de ser finais, lembrando sempre que o processo de reconhecimento e garantia de direitos é disputado e feito de forma contínua.

Armário e memória

O armário é um espaço muito comum na experiência de diferentes sujeitos LGBTI+ e, apesar de percebermos algumas rupturas na sociedade, também notamos que ele ainda é uma continuidade e não é um lugar fechado. Dessa forma, o mesmo, assim como as ferramentas e discursos que mobilizam para a sua construção, manutenção e naturalização, requerem a nossa atenção enquanto sujeitos, para que aquilo que aprendemos a ressignificar, enxergar como orgulho, não volte a ser motivo de medo e angústia. É comum, historicamente, que as instituições apresentem como características a legitimação e manutenção de uma narrativa e sociedade *cisheteropatriarcal* como tradição, nos levando a perceber que mudanças sociais têm os movimentos sociais, instituições e sujeitos que (re)constroem e subvertem a política, a memória e prática desses espaços como agentes transgressores.

Romper com o armário não leva a superação desse espaço, pois defendemos que esse espaço regulador e produtor de subjetividades, diz de uma luta constante, envolve esquecer, aquilo que um dia, imaginamos, aprendemos ser. Mas também relembrarmos aquilo que podemos ser, pensar em outras possibilidades de futuro, apostar na contingência, inventividade e transformação. Ou seja, ele normalmente, pode ser superado em determinadas relações, mas é um espaço que pode ser de retorno, assim como, em sua elasticidade, ser utilizado para diferentes re(gu)lações, sejam elas

peçoais, econômicas e/ou institucionais, envolve silenciamentos, contextos políticos, pedagógicos e culturais.

Isso se dá através de uma configuração social em que vivemos, em que ser abertamente fora do armário, pode também produzir consequências como a morte, a demissão, a perda de guardas, o abandono familiar e de relações amorosas. O armário atua, dessa forma, como um calabouço, onde se tranca o “monstro”, aquele que precisa ser controlado, amansado, regulado para, talvez, ser liberado quando estiver domesticado. Romper com o armário, torna também possível a necessidade de romper com práticas discursivas, que buscam universalizar e enquadrar as experiências e sujeitos (Sedgwick, 2007). Rogério Diniz Junqueira (2013) nos ajuda a refletir sobre o armário como um processo pedagógico e regulador, que busca, dentre diferentes ações, homogeneizar a nossa visão e condutas no mundo, através da normalização, da desumanização e desqualificação – comumente tratadas como “brincadeiras” e “piadas” – e o silenciamento de conteúdos, práticas e sujeitos; levando a exclusões, marginalizações e invisibilizações.

É comum que essa pedagogia, comumente, culpabilize aquela/e que sofre a violência, visto que em uma sociedade cisheteropatriarcal, essas/es são traidoras/es, as/os que rompem com o supostamente correto, assim como a naturalização e internalização de diferentes violências para com as/os outras/os e consigo mesma/o. Essa pedagogia, em diferentes momentos, evidencia ou faz passar despercebida, uma vez que naturaliza essas violências e as relações de poder que intentam estruturar a memória e o corpo, disciplinando a relação e visão com o mundo e consigo mesma/o. Isso pode atingir os sujeitos LGBTI+, mas também aquelas/es que se identificam enquanto heterossexuais, regulando as possibilidades de fluidez da vida, levando a continuidades nas formas de ser/estar, uma constante reformulação daquilo que entendemos como natural, não passível de mudança. Nesse caso, a sociedade cisheteropatriarcal, suas regras, práticas, saberes e instituições.

Nesse sentido, a pedagogia do armário vem sendo espalhada por diferentes espaços, produzindo silenciamentos, a marginalização de sujeitos, seus saberes e suas práticas, assim como enquadramentos acerca daquilo que entendemos enquanto cidadania – e a quem deve ser conferida, portanto, a dignidade. São reiterados binarismos como puro *versus* impuro, humano *versus* desumano, moral *versus* imoral, dentre outros. Ao fazer isso, a pedagogia do armário entrava a ampliação do debate, fazendo com que o mesmo fique restrito a repetição daquilo que já é naturalizado, a um modelo de conhecimento e a deslegitimação de outras possibilidades.

Entretanto, contribuições dos estudos de masculinidades (Junqueira, 2013; Connel, 1995; Silva, Ferrari, Caetano, 2022), defendem que esses atributos significados como naturais e superiores, não são identificáveis em sujeito algum, mas imaginários, que aprendemos a estabelecer relações de respeito e/ou desejo. Não há pessoa que desempenhe esses atributos que aprendemos a ver enquanto parte natural das existências, ou seja, não há homem verdadeiro, visto que “qualquer forma particular de masculinidade é, ela própria, internamente complexa e até mesmo contraditória” (Connel, 1995, p. 189).

Termos liberdade para nos expressarmos, desejarmos, relacionarmos e constituirmos famílias, é um direito humano, mas que vem sendo suprimido ou levado para o privado como estratégias de sobrevivência e de liberdade, devido às violências, nos levando a refletir acerca daquilo que também deve ser esquecido, superado. Quando pensamos em esquecer, não é recusar a violência e esses processos, mas, através da nossa criatividade, produzir outras subjetividades, que passam por um processo de esquecimento daquilo que, até então, entendíamos enquanto parte de nós. Passamos, dessa forma, a compreender o mundo como um complexo espaço em que diferentes relações de poder, instituições e sujeitos, vêm investindo na regulação de nossas vidas para um modelo de sociedade. Junqueira (2013) nos leva a refletir o como esses processos reguladores são comumente violentos, vêm ensinando e incentivando o silenciamento, apagamento e combate à diferença. Podemos aludir a negação do nome

social, o acesso a espaços com as pessoas que nos relacionamos, a escolha de vestimentas, a negação do uso ao banheiro para travestis e transexuais, a constituição de famílias, dentre outras; práticas e saberes que andam de mãos dadas com o neoconservadorismo, de suas pautas morais “naturais” que buscam, supostamente, proteger a nação. Para isso, a vigilância e a reiteração cumprem papel fundamental, pois buscarão sempre trazer os sujeitos para os “lados corretos das fronteiras”, retirá-las/os das margens através de seus discursos e práticas salvacionistas.

Marcamos aqui, entretanto, que aquilo que vimos pensando enquanto uma sociedade neoconservadora, vai de encontro ao conceito elaborado por Roberto Vinício Souza da Silva, Leticia Carolina Pereira do Nascimento e Marcio Caetano (2021), sobre a sociedade cisheteropatriarcal. Uma sociedade que, ao deter as relações de poder (em um sentido macro, econômico, político e cultural), também nos leva a construir uma subjetividade, uma memória, em que aprendemos a amar, desejar e respeitar aqueles que defendem a manutenção de um mundo supostamente equilibrado e natural, mas perpetrador de violências e estigmas.

Uma sociedade baseada na estagnação, não possibilita de mudança na construção dos olhares sobre o mundo, sobre si mesmas/os e das/os outras/os, de uma forma engessada, de modo que sejam internalizadas as culpas, medos e vergonhas. Uma nação pautada pelo progresso e evolução, que pode nos levar a compreender muitas coisas como superadas, como se vivêssemos uma constante evolução. Mas o entrave de um debate necessário, como o da violência aos sujeitos LGBTI+, também produz invisibilizações, silenciamentos e o direito a uma memória que leva a superação dessa violência, da construção de outros futuros, pois contribui à produção e manutenção do estigma, da vergonha para com aquelas/es que vivem as expulsões de suas casas, das escolas, do mercado de trabalho formal, e de outros espaços.

Essas violências são resultado de um projeto de sociedade em que uma limitada noção de saber, baseada em um arquétipo, vêm sendo (re)produzida e administrada enquanto superior e universal. Trata-se do homem branco, cisgênero, proprietário e

alicerçado pelo discurso público da heterossexualidade, monogamia e cristandade. A sociedade e a concepção de cidadania vem sendo (re)construída para/ por esse sujeito, através de diferentes práticas, instituições, (re)construções de imaginários, narrativas, em meio a relações de cumplicidade e interesse.

Podemos pensar, dessa forma, que a (re)construção do conhecimento vem se dando por muitas vias, processos que vêm privilegiando e legitimando o arquétipo supracitado e fazendo com que diferentes memórias sejam invisibilizadas e/ou subalternizadas. Assim, possibilidades outras vêm, historicamente, sendo esvaziadas e sufocadas por diferentes investimentos como, por exemplo, ações do cristianismo, da medicina e da psicologia. A escola, a literatura, os filmes, as séries, novelas, museus, dentre outros, também vêm ensinando concepções que legitimam, reforçam, (re)produzem e administram visões, por vezes, binárias como a exemplo: puro *versus* impuro, civilizado *versus* selvagem. Pensamos que essas ações vêm se espalhando, se atualizando e se transformando, uma vez que em nossa sociedade, outras tecnologias vêm emergindo, fazendo com que tais práticas também necessitem passar por atualizações para administrar continuidades e modelos de sociedade. Para que possam tentar entrar as rupturas.

A construção da memória deveria, portanto, partir de um exercício democrático, em que diferentes vozes, sujeitos, teriam a oportunidade, o lugar no debate, nesse processo que investe naquilo que desejamos lembrar, resgatar, assim como o que desejamos esquecer e modificar. Dessa forma, nos permite refletir acerca do processo de construção da vergonha, que vem sendo comumente naturalizada para aquelas/es que não estão em conformidade com o processo cisheteropatriarcal de nossa sociedade. Também nos explica acerca dos possíveis caminhos, estratégias, práticas e pedagogias que o movimento LGBTI+ precisou, em meio a sistemáticas opressões, desenvolver para a própria sobrevivência.

Segundo Eugênia Vilela (2012), a utilização da memória enquanto um sistema político, de poder e de resistência, não é algo recente, mas uma prática e ferramenta

comum e fundamental na luta contra regimes totalitários. Recusar o esquecimento, valorizar a memória, veio se tornando um desafio, pois passou-se a um fomento em contextos que privilegiavam o excesso de informação, engendrando meios de apagar a memória e esvaziar os atos de resistência. Toda memória implica numa seleção de acontecimentos, ou seja, imagens e narrativas que são parte de um passado, relacionado as circunstâncias de determinado contexto social, cultural e político, nos possibilitando distanciar de memórias essencializadas, mas incidir sobre um conjunto de discursos que atuam no presente, resgatam e apresentam desde aquelas/es que devemos rechaçar como também as/os que devemos reverenciar. Um trabalho que apresenta desafios quando pensamos que o uso do passado pode ser feito tanto para um uso pessoal quanto para repensar acerca das injustiças, exclusões e violências (re)produzidas, nos possibilitando aproximações, a ideia de pertencimento e a compreensão daquilo que não desejamos manter, repetir.

As contribuições da filósofa lusófona também nos parecem pertinentes através de suas reflexões sobre o protagonismo do discurso androcêntrico, uma perspectiva que vimos aprendendo, historicamente, a assumir como a verdade, aquilo que nos orienta e que seria o caminho para esse suposto progresso. Assim, tal discurso atuaria na constituição e manutenção de uma linguagem, mas também uma memória que demarca tanto formas de conhecimento e perspectivas morais que, por sua vez, investem em uma universalidade; instâncias que, supostamente, não seriam passíveis de mudança. Entretanto, aquilo que testemunhamos, seriam acontecimentos, pois aquilo que entendemos como fatos, seriam um desejo da realidade, uma reunião de elementos com a qual convivemos, nos relacionamos e “passa pelo lugar construído pelo modo como olhamos, como falamos, como sentimos, e cuja ligação com o acontecimento se dá a partir dos traços que o acontecimento deixou no corpo do mundo” (Vilela, 2012, p. 176).

Podemos pensar, nesse sentido, que o neoconservadorismo vem se estabelecendo em diferentes contextos como movimentos de diferentes setores, que buscam, através de

pautas e práticas morais, supostamente naturais e organizadoras de uma sociedade, entravar, impedir o avanço de políticas, práticas e saberes, que tenham como objetivo promover a justiça social, assim como o orgulho de populações vulnerabilizadas, marginalizadas e inferiorizadas por essa lógica de sociedade, ou seja, androcêntrica, cisgênera, branca e cristã “que defende a tradição e a manutenção de valores, supostamente naturais, como substanciais para o equilíbrio da sociedade” (Silva, Ferrari, Caetano, 2022, p. 4).

Neoconservadorismo

Sim à família natural, não ao ‘lobby LGBT’; sim à identidade sexual, não à ideologia de gênero; sim à cultura da vida, não para o abismo da morte; sim à universalidade da cruz, não à violência islâmica; sim às fronteiras seguras, não à imigração em massa; sim ao trabalho para nossos cidadãos, não às grandes finanças internacionais; sim à soberania dos povos, não aos burocratas de Bruxelas. E sim a nossa civilização e não aqueles que querem destruí-lo. Viva Santiago Abascal, Presidente da Espanha. Viva a Espanha. Viva a Itália. Viva a Europa dos patriotas.

Giorgia Meloni

Trazemos como disparador da presente seção, um trecho do discurso feito por Giorgia Meloni, em um evento na Espanha, organizado pelo Vox, partido da extrema direita do país. A fala foi feita em julho de 2023, às vésperas das eleições gerais espanholas e mostra uma articulação entre setores da extrema direita, que busca ganhar terreno e ondas através de investimentos e enquadramentos de algumas/ns enquanto sujeitos que devem ser combatidos.

A população LGBTI+ vem historicamente sendo feita de bode expiatório por grupos conservadores através da utilização do pânico moral, da intolerância, da normatização da experiência humana e ações violentas, como o seu enquadramento

enquanto pecaminosos, patológicos, ameaçadores, dentre outros. Essas ações produzem divisões binárias, em que são comumente demarcadas e naturalizadas concepções como humanidade, cidadania e família e, habitualmente, tem o homem branco, cisgênero, heterossexual, monogâmico, cristão e neoliberal como a representação de uma naturalidade e equilíbrio. Ficções como ameaça e perigo, se tornam necessárias para que essas violências sejam vistas por muitas/os como proteção, cuidado, medidas justificáveis. Nesse sentido, tais ficções também vêm atuando na manutenção e continuidade de diferentes contextos conservadores, ao longo do tempo, em diferentes ondas.

As segunda e terceira décadas deste século, estão sendo marcadas pela ascensão de discursos conservadores e perspectivas políticas, que buscam o apagamento de conquistas e lutas populares, que marcaram vitórias de minorias sociais e/ou políticas que refletiram em agendas nos campos políticos e culturais. Assim, um cenário de proibições, aos poucos, vem tomando conta e um discurso moralizante, em nome da neutralidade, vem buscando apagar, sobretudo, no campo legislativo, as conquistas, nesses últimos anos, de todo um trabalho, realizado a partir das lutas de trabalhos e mobilizações populares no campo democrático. A gramática político-pedagógica, mobilizada pelos setores conservadores, envolveu operações que intervieram diretamente no núcleo da democracia, ou seja, a participação cidadã. A estratégia do pânico moral buscou, no âmbito da emoção, a paralisia das agendas progressistas dos direitos humanos.

Com esse cenário, as mobilizações e movimentos sociais LGBTI+, feministas, indígenas, negras(os), têm se visto em crescente polarização com a ascensão da Nova Direita, que usa a linguagem cyber, com o intuito de desqualificar as agendas dos movimentos sociais progressistas. Neste diálogo que buscamos debater o esforço do atual governo italiano, em reforçar à concepção cisheteropatriarcal de família, defendemos que a família se constitui núcleo social essencial as racionalidades governantes da Nova Direita, criada a partir da aliança programática do neoliberalismo

e o (neo)conversadorismo. Nessa direção, entendemos que a família cisheteropatriarcal é político, em benefício do neoconservadorismo e do neoliberalismo.

Academicamente, o neoliberalismo e (neo)conservadorismo foram pautas analisadas separadamente, visto que suas racionalidades, são heterogêneas. Porém, com a ascensão da extrema direita, somos levados à necessidade de examinarmos essa aliança, quando pensamos as agendas de direitos de LGBTI+. Wendy Brown (2006, p. 692) destaca que o neoliberalismo é vazio de mensagem moral e de sentidos, ele desterritorializa a vida e explora o desejo, transformando-o em bem consumível, ao passo que o neoconservadorismo, fundamenta-se na regulação da moralidade, fixa reforços em criar significados, defende a conservação de modos de vida e a repressão e regulação do desejo.

Quando olhamos as funções do governo, Brown argumenta que o neoliberalismo equipara o seu papel ao do gerente da empresa, lhe cabendo o zelo pela economia, o estímulo a produção de sujeitos auto interessados e empreendedores de si. Já o neoconservadorismo prevê uma constituição de uma liderança governamental atuante, a exemplo de uma autoridade religiosa, a quem o sujeito deve prestar subordinação e, acima de tudo, lealdade. De um lado, existe o modelo de negócios de Estado e, do outro, existe um modelo de Estado teológico.

Ainda que vistos como distintos, os modelos, não obstante, podem ser facilmente conjugados. Inexiste entre os neoliberais, a exigência de se limpar o Estado e a sociedade da normalidade moral; ao contrário, como é vazio de conteúdo moral, o neoliberalismo está à disposição para proclamar e efetivar as normas por meio dos mecanismos de mercado (Brown, 2006). A tecnologia neoliberal, de produzir consumidores empreendedores, tampouco, é compelida pelas normas reguladoras do conservadorismo. Ao contrário do que se imagina no senso comum, o neoconservadorismo e o neoliberalismo, são duas racionalidades políticas estatistas, as suas expectativas sobre o papel do Estado não se extinguem.

Apesar do estranhamento, é possível um governo, que determina a liberdade para a economia e o conservadorismo nos costumes. É importante destacar que essas racionalidades não compreendem como sendo função do Estado o enfrentamento às desigualdades econômico-sociais; ao contrário, no neoliberalismo, a desigualdade é um dado natural e desejável, o mundo regido pela ampla concorrência. Já para os neoconservadores, igual ao neoliberalismo, o indivíduo é naturalmente distinto e suas diferenças podem ser entendidas como complementares em suas assimetrias, assim como é idealizado a família cisheteronormativa. Elas se distanciam dos projetos de justiça social, afinal a promoção da igualdade, por meio de políticas públicas, seria ofender a ordem natural e divina das coisas e dos corpos.

Nessa lógica, as chamadas crises são cenários perfeitos à construção do pânico e do neoconservadorismo, que oferece o recrudescimento da moralidade como solução. Diante do desemprego, da precarização da vida e a intensa competição de todos contra todos, produzidas pelo neoliberalismo, a defesa da família cisheteropatriarcal como núcleo social de sustentação e segurança, é reivindicada, e a figura do 'homem de bem', é convocada e instrumentalizada na coesão social.

Independente das razões, econômicas ou morais, as agendas neoliberais e neoconservadoras, se cruzam em defesa de políticas centradas na família, ela retomaria as suas "obrigações naturais" assumidas pelo Estado. O enfraquecimento da solidariedade social e a isenção do Estado com cidadania, estimuladas pelo neoliberalismo, produz a super-família. Ela aparece como último reduto de humanidade, frente a intensa competição capitalista.

Nessa lógica, em que é oficializada a privatização da seguridade social, a família é promovida como a responsável pela garantia da sobrevivência e desenvolvimento de seus sujeitos. Inúmeras questões que eram coletivas, a exemplo de direitos sociais e cidadãos, passariam a ser de responsabilidade individual, por meio das ofertas do mercado que a família pagaria.

Ao analisar o caso italiano, Maria Alexandra Mustafá (2022) percebeu que o país passou a enfrentar diferentes necessidades, após anos de políticas de bem-estar social, tais como demandas da população idosa, altos índices de desemprego, a carência de serviços de cuidado com a infância, ausência de políticas para formação para o trabalho, dentre outras.

Nesse contexto de intensas crises, surge o conservadorismo como uma promessa de respostas e recursos para as perdas e supostos perigos enfrentados. A Itália vem, desde final da década de 1980, passando por um levante da ideologia neoliberal, levando a produção de uma forte crise política que dura anos, produzida, em partes, pelo cenário midiático que, por sua vez, é controlada por grupos do setor financeiro e industrial.

Nesse sentido, construiu-se um cenário catastrófico, permeado pela precarização do trabalho, políticas de austeridade, em que há o controle e redução de recursos para políticas sociais, somado ao aumento da pobreza que atingia a Itália e o mundo de uma forma geral. As soluções recaem sobre a responsabilidade do povo, característica do neoliberalismo, produzindo mentalidades, condutas e se vendo ameaçado pelos bodes expiatórios, por sua vez, construídos pela narrativa neoliberal e neoconservadora.

Wendy Brown (2019) afirmou que o familismo é uma reação incidental da privatização neoliberal dos serviços públicos e bens públicos. A proteção aos ideais da família cisheteropatriarcal, assume duas grandes funções. Em um primeiro momento, é mobilizada a privatização da família, ela deve ser defendida das intervenções do Estado; já a segunda forma, almejada para proteger a família, é resguardá-la contra as ameaças de gêneros e sexualidades, preconizados pelas feministas e ativistas LGBTI+. Diante da insegurança promovida pelo sucateamento das políticas sociais, não é o neoliberalismo que é considerado uma ameaça pelos conservadores, mas as ofensivas a moral tradicional.

Para instauração da ordem idealizada pela Nova Direita, é essencial à preservação dos valores tradicionais da família cisheteropatriarcal. Sua desintegração

produziria custos que, na perspectiva da Nova Direita, acabariam sendo pagos pelas contribuições feitas ao Estado, quando deveriam ser enfrentados pelos sujeitos, a exemplo do cuidado com a população, o contágio ao HIV/IST ou as/os filhas/os de mulheres empobrecidas.

Mesmo que o neoliberalismo seja adaptável aos novos arranjos familiares, para ele, interessa reestabelecer o núcleo familiar como o recurso primário de seguridade econômica e uma forte opção as benevolências do Estado de bem-estar social. Daí a ideia de incentivarem o casamento e a família cisheteropatriarcal e cristã. Considerando que a sociedade é marcada pela abissal desigualdade social, estimular a família, resulta em um reforço importante de concentrar, nas mulheres, o papel de cuidadoras primárias, já que nem todas as famílias cisheteropatriarcais poderão comprar soluções mercadológicas às suas aflições e necessidades de cuidado. A privatização das famílias intensifica as assimetrias de gênero. O neoliberalismo se beneficia da imposição cisheteropatriarcal e o custo recai fundamentalmente na autonomia das mulheres.

Um dos principais objetivos do governo Meloni seria a promoção de uma perspectiva de família em todas as políticas públicas do Estado. Nessa direção, o Governo Meloni retirou o nome de mães LGBTI+ das certidões de nascimento de suas/seus filhas/os e instituiu uma lei que proíbe que crianças sejam registradas com dois pais ou duas mães. Em Pádua, cidade na Itália, onde tal registro era permitido crianças e pelo menos 27 (vinte e sete) famílias, já foram prejudicadas pela normativa. Também é importante destacar que a Itália ainda não possui o casamento homoafetivo reconhecido por lei.

Nesse sentido, a política familiar não se limita a qualquer uma que tenha a família como foco, mas deve se voltar ao fortalecimento de estruturas e conexões familiares, para que elas possam operar com responsabilidade, a regulação de seus membros. Assim, cabe ao Estado, o dever de promover o fortalecimento cisheteropatriarcais da família, de modo a diminuir os seus custos com o coletivo. Não é por menos, que o enfrentamento ao debate de gênero e a cidadania e participação

política das populações LGBTI+, sejam encaradas como princípios fundantes da moralidade político-econômica do governo Meloni.

É importante destacar que a liberdade, a privacidade e políticas do caso italiano preconizadas às famílias, somente são garantidas a cisheteropatriarcalidade, considerando que a oficialidade da moral conservadora significa a intervenção estatal nas escolhas familiares. O que mostra tal contexto enquanto uma democracia carente de consolidação, que precisa ser reconstruída e constantemente alvo de atenção e cuidado. Conforme Brown, o resultado principal da articulação entre neoliberalismo e neoconservadorismo na Nova Direita ou Extrema Direita, é justamente o esvaziamento da cultura e participação política democrática, com a intensa produção de sujeitos cidadãos, defensores do autoritarismo autocrático. Esses sujeitos que não defendem a igualdade e justiça social, eles não defendem e/ou cobram ações do Estado de enfrentamento a desigualdade e, tampouco, se afligem com as concentrações de poder político-econômico e revogações do Estado de Direito. Em outras palavras, formulam nitidamente ações antidemocráticas, com o argumento de que seriam de interesse nacional. A produção desses sujeitos é fundamental ao projeto de esvaziamento político e participativo da democracia.

Além de dispensarem a democracia, o neoliberalismo e o neoconservadorismo, se auto beneficiam de cenários autoritários, já que neles, inexistente contestação ou ela é, institucionalmente, reprimida, por meio dos aparatos de segurança, daí a necessidade de promoção de uma determinada virilidade masculinista, que funcionaria com o duplo papel de proteger a família e os interesses do Estado. Nesse caminho, o militarismo defendido a lógica punitivismo militar, são encarados como elementos da aliança neoliberal-conservadora, a qual a defesa um Estado forte e ativo no controle de conflito e dissonâncias é primordial.

Essas concepções encontram-se capilarizadas em diferentes sociedades, como a brasileira, a italiana, dentre outras, visto que o conservadorismo não é algo superado, mas atua como ondas de intolerância e pânico moral que, a qualquer momento, surgem

buscando o esvaziamento de uma sociedade, o que nos exigem um olhar cuidadoso, com vista a garantir nossos direitos cidadãos e a justiça social. Sem democracia, não existe cidadania e sem cidadania a existência LGBTI+ é ameaçada, invisibilizada, jogada de volta ao armário, sem direito a construção, preservação, valorização e divulgação de suas memórias e, portanto, a possibilidade de futuros outros.

Em linhas gerais, os tensionamentos apresentados sublinham as disputas que envolvem as políticas mobilizadas pelo o Estado. Nesse sentido, as reivindicações históricas de reconhecimento, igualdade e justiça social, expressas em lutas pela democracia e cidadania LGBTI+, são vistas como ameaça. É possível que o pânico moral tenha produzido receios sociais, mas não foi capaz de matar a motivação e a esperança do verbo esperar, nos ensinada por Paulo Freire (1992).

Wendy Brown (2019) destaca o como grupos antidemocráticos produziram, através da racionalidade neoliberal, uma outra verdade acerca da democracia. Nessa lógica, o individualismo é produzido, e aquilo que entendemos enquanto político e sociedade, passa por um processo de disputa, transferência e corrosão, algo que aqui defendemos estar também intimamente conectado a memória, pois ao restringir e suprimir possibilidades tal razão, também tem como objetivo um modelo de futuro, por sua vez, atravessado pela desigualdade social. A oposição à soberania popular e a manutenção da tradição, através da regulação de valores e códigos morais, de um passado ainda tão presente, se tornam necessidades estratégicas e ferramentas, uma vez que, a partir do momento que perdem seus pesos, sua relevância social - ou seja, sua inteligibilidade, os mesmos não apresentariam mais significado. Nas palavras de Brown sobre tal modelo:

A razão neoliberal, especialmente como Friedrich Hayek a formulou, coloca o mercado e a moral como formas singulares de provisão de recursos para as necessidades humanas, compartilhando princípios e dinâmicas ontológicos. Enraizados na liberdade [liberty] e gerando uma ordem e evolução espontâneas, seus opostos radicais são qualquer tipo de política, planejamento e justiça sociais deliberados e administrados pelo Estado. (Brown, 2019, p. 21-22)

Segundo Alessandro Soares Silva (2012), a história da homossexualidade, e podemos ampliar para a história da comunidade LGBTI+, está fortemente relacionada a privações de diferentes direitos, tais como o da construção de sua própria memória, da visibilidade, fazendo com que muitas/os, se compreendam enquanto não capazes de se colocar frente a essas violências; sendo, assim, relegadas/os ao silêncio, a invisibilidade e o esquecimento; elementos que levam também a produção e manutenção de estigmas, do armário, assim como a não participação do mundo político, uma vez que estas/es não estão alinhadas/os a elite dominante, que “garantiram a construção de uma memória e de uma história oficial à sua imagem e semelhança: masculina, branca, eurocêntrica, rica e heteronormativa” (Silva, 2012, p. 84). A memória mostra-se, dessa forma, como um elemento pedagógico, pois ela nos educa, regula e orienta, através da rememoração de um passado, para a (re)construção de um futuro, uma continuidade ou ruptura daquilo que vêm sendo realizado.

Considerações Finais

Os encontros e disputas entre movimentos conservadores e transgressores, são constantes ondas que atravessam as sociedades em diferentes territórios e contextos históricos. Richard Miskolci (2018) destaca que, historicamente, empreendedores morais de diversos grupos, se reúnem, levando ao entrave de direitos sexuais, como a luta contra a LGBTI+fobia e o reconhecimento da diversidade de gênero. Podemos inferir que esses investimentos – em memórias, armários, silêncios, significados e sentimentos – dizem de projetos de sociedade, buscam construir e naturalizar “verdadeiros” sentidos como democracia, cidadania, família, educação, cultura, assim como a distribuição de recursos, direitos e posições políticas de tomada de decisão.

Nessa direção, o presente artigo teve como objetivo interrogar os modos como as memórias oficializadas (re)construem, disputam e educam sobre as identidades político-sexuais LGBTI+ no contexto de recrudescimento do neoconservadorismo no

mundo, nesse caso, no contexto do governo italiano de Giorgia Meloni. Ainda que possamos reconhecer mudanças, também é possível perceber uma grande resistência por parte de setores neoconservadores, que vêm buscando manter ficções como a defesa da família cisheteropatriarcal enquanto núcleo social de sustentação e segurança, no sentido de que a sociedade se dividiria em papéis inquestionáveis, naturais e necessários para manutenção de uma suposta ordem.

A produção do medo, da vergonha e da baixa autoestima, se torna poderosas ferramentas nessa cruzada, que investe na construção e manutenção de uma sociedade para poucos, pois através da recusa, do não enxergar o orgulho como possibilidade, há o risco de nos tornamos servis, cruéis conosco e com as/os nossas/os, isoladas/os.

Dessa forma, podemos pensar que as identidades político sexuais LGBTI+, também carregam memórias caladas, silenciadas, privadas sistematicamente por uma sociedade cisheteropatriarcal e suas instâncias, servindo ao modelo e sujeito cisheteropatriarcal. Assim, o espaço, atividade e prática política seriam contextos que possibilitam deslocamentos a estas/es silenciadas/os, fazendo com que olhares se transformem sobre si mesmas/os, mas também sobre esse suposto natural e superior.

Nesses movimentos, alguns modelos de sociedade vêm buscando educar para a repetição de um passado – que pretende, sob a pretensa justificativa de liberdade, ser dominador, excludente e violento à determinados grupos, como mulheres, negras/os, a população LGBTI+, dentre outros. Enxergamos, da mesma forma, possibilidades outras, quando a participação de tais grupos, na (re)construção das memórias de uma sociedade, suas práticas e si mesmos, com base na inclusão, imaginação e exercício de fala e escuta para uma atuação efetivamente democrática, que se preocupe com a segurança de seus espaços e sujeitos. O investimento em um mundo, em que a diferença não é sinônimo de desigualdades e hierarquias, mas que busca a reparação das desigualdades sociais, assim como reconheça que o conhecimento e nós somos contingentes, podemos ser (re)construídos em diálogo, em relação e constantemente.

Referências

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente; tradução Mario A. Marino, Eduardo Altheman C. Santos. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

CAETANO, Marcio; Sousa, Nilcelio Sacramento de; Silva, José Rodolfo Lopes da. Masculinismo, Neoconservadorismo e Pedagogias Culturais. **Currículo sem Fronteiras**, v. 22, e2819, 2022.

CAMPOLINA, Thaís. **Por que é importante falar de visibilidade lésbica?**. Revista Forum, Publisher Brasil, 2017. Disponível em: <https://www.revistaforum.com.br/por-que-e-importante-falar-em-invisibilidade-lesbica/>. Acesso em: 20 de julho de 2023.

CONNELL, Raewyn. Políticas da masculinidade. **Educação & Realidade**. Rio de Janeiro, 1995. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/1224>> Acesso em: 23 de Julho de 2023.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade II**: o uso dos prazeres. Trad. Maria Tereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque Rio de Janeiro: Graal. 1984.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança**: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **Pedagogia do armário**: a normatividade em ação. Retratos da Escola, Brasília, v. 7, n. 13, p. 481-498, jul./dez. 2013.

IRINEU, Bruna Andrade. 2016. A política pública LGBT no Brasil (2003-2014): homofobia cordial e homonacionalismo nas tramas da participação social. **Tese de Doutorado em Serviço Social**, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

MISKOLCI, Richard. Exorcizando um fantasma: os interesses por trás do combate à “ideologia de gênero”. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 53, e185302, 2018.

MUSTAFÁ, Maria Alexandra da Silva Monteiro. Neoliberalismo, crise do Welfare e Serviço Social na Itália: uma análise do Projeto M’Imprendo. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 145, p. 12-32, set./dez. 2022.

PERES, Milena Cristina Carneiro; Soares, Suane Felipe; Dias, Maria Clara. **Dossiê sobre lesbocídio no Brasil**: de 2014 até 2017. Rio de Janeiro: Livros Ilimitados, 2018.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. A epistemologia do Armário. **Cadernos Pagu** (28), Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu/UNICAMP, 2007, pp.19-54.

SILVA, Alessandro Soares. Por um Lugar ao Sol: construindo a memória política da homossexualidade (ou: Homossexualidade: uma história dos vencidos?!). **Bagoas-Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 6, n. 08, 2012.

SILVA, José Rodolfo Lopes da; Ferrari, Anderson; Caetano, Marcio. Masculinismo, Neoconservadorismo e Pedagogias Culturais. **Currículo sem Fronteiras**, v. 22, e2819, 2022.

SILVA, Roberto Vinicio Souza da; Nascimento, Leticia Carolina Pereira do; Caetano, Marcio. A Bicha Docente Despachada: sociopoetizando a educação nas diferenças. **TEXTURA-Revista de Educação e Letras**, v. 23, n. 55, 2021.

VILELA, Eugénia. Do testemunho. In: *Princípios Revista de filosofia*. Vol. 19. N. 31. 2012, p. 141-179.

“God, homeland and family”
neoconservative mobilization mechanisms

Abstract: With the advance and recrudescence of cisheteropatriarchy, a project of society has been favoring a moral enterprise, making different subjects, such as the LGBTI+ population, scapegoats for supposed social disorders. These are investments that lead us to reflect on neoconservatism as a movement that underpins the tradition and nature of gender relations and inequalities. From this perspective, we approach Foucauldian studies of gender and sexuality in order to problematize the production of memory and the mechanisms of marginalization and suppression of LGBTI+ rights. In this direction, this article aims to question the ways in which official memories (re)construct, dispute and educate about LGBTI+ political-sexual identities in the context of the resurgence of neoconservatism based on political-cultural tensions arising from the government of the first generation. Minister of Italy, Giorgia Meloni. In this direction, although we can recognize changes, it is also possible to perceive a great resistance on the part of neoconservative sectors that have been trying to maintain

fictions such as the defense of the cisheteropatriarchal family as a social nucleus of support and security, in the sense that society would be divided into unquestionable roles , natural and necessary for the maintenance of a supposed order.

Keywords: Italy; cisheteropatriarchal; memory.

Recebido: 18/08/2023

Aceito: 06/02/2024